

Brasil

Política fiscal é ajuste e evento político-jurídico

Angela Bittencourt



Um duplo debate se organiza hoje no Brasil em torno de um único protagonista: a política fiscal. Um debate é sobre a própria execução do resultado dessa política, o alcance da meta de superávit primário este ano ou quanto o governo é capaz de economizar (ou não gastar) para garantir o pagamento dos juros da dívida. Dá para cumprir superávits sucessivos e possivelmente torturantes, ano após ano, com o governo enredado em uma fatura de juros de quase meio trilhão de reais nos 12 meses encerrados em agosto — cerca de 8,45% do PIB?

O outro debate é o político-jurídico da política fiscal. Quais as consequências que uma situação deficitária traz para a governabilidade do país? E em um cenário de incerteza quanto ao destino da presidente da República — se fica ou sai, se sofrerá um processo de impeachment ou não. Até pouco tempo atrás, não era tão evidente para analistas e investidores o grau de interferência de interesses políticos no exercício do orçamento, onde deveriam imperar critérios técnicos. Também não governava o Brasil, até pouco tempo atrás, uma presidente com tão baixo índice de popularidade e representada por uma base de apoio parlamentar tão fragilizada.

Os debates sobre a política fiscal — enquanto fluxo de caixa ou enquanto instrumento de colocação em confronto dos poderes da República — ocorrem em circunstâncias peculiares. A dois meses do fim do ano, a necessidade de financiamento do país, além de imprecisa, sofrerá uma expansão brutal em função do acerto de contas do passado. Contas que acabaram desequilibradas para forjar melhores resultados das contas públicas — as 'pedaladas' fiscais.

Dólar e juro alto incentivam acertar contas com o Fisco

Nesta semana, o governo deve anunciar uma nova meta fiscal para 2015. E um déficit primário, estimado em até R\$ 70 bilhões, está a caminho. Esse montante corresponde a 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) e parte dele decorre da decisão, anunciada pelo ministro Jacques Wagner na quinta-feira passada, de não fazer o ajuste parcelado do passivo, como defendia o ministro da Fazenda Joaquim Levy.

O déficit primário estimado de 2015 resulta reação no mercado financeiro nos últimos dias por alimentar a expectativa de que o governo não conseguirá, também, cumprir sua meta fiscal, de 0,7% do PIB, em 2016. É compreensível que investidores fiquem com o pé atrás em relação ao Brasil, mas o episódio das 'pedaladas' deve ser relativizado. Ocorreu. Ocorreu, sim. Mas não se trata de uma prática incorporada à contabilidade do governo brasileiro.

Uma autoridade do governo brasileiro alerta para um fato: "Se o resultado fiscal for muito ruim neste ano, no próximo apresentarei melhor resultado. Essa melhora é certa porque o desempenho ruim deste ano se dá em boa medida pelo pagamento das desonerações e subsídios devidos de anos

anteriores. E esses acertos de conta vão acabar", afirma o interlocutor da coluna.

O governo não está paralisado. Por ora, está em rebalancamento pós-reforma mineral e redefine linhas de combate no Congresso em defesa da permanência da presidente Dilma Rousseff no cargo até a conclusão deste segundo mandato. A equipe econômica está refazendo todas as projeções de despesas e receitas a começar deste ano, na tentativa de chegar a melhores resultados fiscais, mas também trabalhar com o cenário mais realista possível.

Os cortes de despesas já chegaram ao máximo constitucional permitido este ano. As receitas estão prejudicadas pela perspectiva de queda maior da atividade econômica neste ano e no próximo, inclusive, em decorrência da pesada inflação que ainda reage à correção de preços administrados e ao comportamento instável das taxas de câmbio e juro. Ambas, além de ativos financeiros, são preços na economia altamente expostos à mudança de expectativas.

Na sexta-feira, o dólar caiu 0,45% para R\$ 3,8896 e fechou a semana em alta de 0,36%. Essa acomodação, que pode ser passageira, diz pouco, contudo, sobre a valorização da moeda americana — superior a 45% desde janeiro. O câmbio firme, combinado à decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), tomada na quarta-feira passada, de abandonar o compromisso formal de promover a convergência taxa Selic à meta de 4,50% em dezembro de 2016, autoriza a expectativa de que o juro no Brasil permanecerá elevado por mais tempo.

Se de um lado, juro elevado dispara sinal de alerta para a evolução da dívida do setor público; de outro, o dólar forte em comparação ao real, o vice-versa, já vem trazendo uma melhora no desempenho das contas externas que a própria crise promoveu com a taxa de câmbio paralelamente a outros vetores internacionais.

A taxa de juro eventualmente estabilizada no elevado patamar atual, dada a inflação pressionada em todas as leituras, assim como o câmbio, pode ajudar em outra frente — a que soma esforços em busca do reequilíbrio da economia neste momento.

A elevada remuneração do capital financeiro no Brasil deve continuar incentivando a chegada de investidores financeiros ao país. E também poderá estimular brasileiros que desejam fazer as pazes com a Receita Federal e reconhecer dinheiro não-declarado que está depositado lá fora. O projeto de repatriação de capital — uma espécie de anistia concedida pelo governo em determinadas condições —, avança no Congresso e perdeu algo do seu brilho para o governo com as mudanças que sofreu.

A comissão especial da Câmara dos Deputados criada para discutir o projeto de lei da repatriação de bens alterou a combinação de recolhimento de Imposto de Renda de Pessoas Físicas e multa devida pelo investidor Fisco. E foi aprovada a versão que prevê taxa de 30%, que cairá a 21% considerando a declaração feita nos últimos dias.

O Executivo defendia alíquotas maiores, que somavam 35%, sobre o valor dos ativos e com correção cambial até a data do Brasil B3. EDMG B6. BMS-Fininvest A4. ENDES A11, B2, B3, B6, B12, D4. ENP Paribas C2. ERM C2, C3, D2. Boston Consulting B11. Balcário B8. EP A11. ER Distribuidora B5. Bradesco A4. Braskem B2. ERF B6.

Angela Bittencourt é repórter especial e escreve às segundas-feiras. E-mail: angela.bittencourt@valor.com.br

Simulador Orçamentário desafia leitor a equilibrar contas públicas de 2016

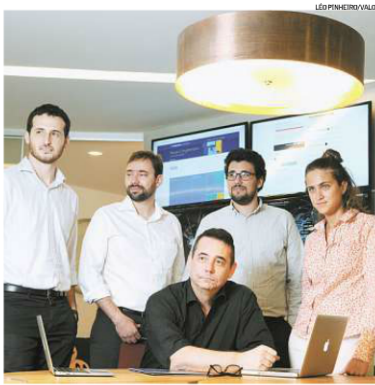
Cristian Klein Do Rio

Cortar ou não os recursos do Ministério do Desenvolvimento Social com redução do Bolsa Família, como proposto pelo relator do Orçamento de 2016? Aumentar ou não a carga tributária, como pretende o governo com a recriação da CPMF? Os dilemas enfrentados pelos políticos para equilibrar as contas públicas estarão agora ao alcance de alguns cliques, como um jogo interativo em que o leitor decidirá onde alocar o dinheiro do governo federal. Trata-se do Simulador Orçamentário, um projeto inédito que o Valor está lançando em parceria com a Diretoria de Análises e Políticas Públicas (Dapp), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pode ser acessado pelo portal do Valor e no Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor — para assinantes.

Num ano marcado pela necessidade de se fazer um grande ajuste fiscal, a ferramenta permite que o leitor experimente parte das dificuldades que Executivo e Legislativo têm tido para aprovar um Orçamento tão engessado quanto o brasileiro. O desafio parte da peça orçamentária de 2016 enviada, em agosto, pelo governo ao Congresso e que prevê receitas de R\$ 1,992 trilhão para um conjunto de despesas de R\$ 2,022 trilhões. Ou seja, a simulação já começa com um déficit de R\$ 30 bilhões, que o jogador terá, pelo menos, de zerar, mas pode ainda gerar um superávit, a partir de suas escolhas.

O principal obstáculo é a barreira dos gastos obrigatórios, que correspondem a 91,4% do total do orçamento e incluem, por exemplo, pagamento dos funcionários públicos. No restante, os chamados gastos discricionários, está a margem de manobra para uma variedade de combinações de aumentos e reduções no que cada área vai receber. Ao todo, a distribuição pode ser feita para 26 órgãos do Executivo (ministérios, alguns agências, e a Presidência), além dos poderes Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público.

Na medida em que se altera cada um destes valores, o saldo



Ruediger e os pesquisadores da Dapp: novo projeto em parceria com o Valor



Meta obrigatória. Ferramenta busca, ao menos, zerar déficit previsto para orçamento

do orçamento total também se movimentam, simultaneamente. Quando o resultado geral supera a receita de R\$ 1,992 trilhão, a cor da régua indicadora passa de verde para vermelho, alertando que o orçamento estourou.

Nesta situação, da mesma maneira que o governo pretende recorrer à recriação da CPMF, o jogador também pode lançar mão da criação de impostos, no limite de R\$ 100 bilhões.

"O simulador estimula um exercício cívico, no qual os leito-

res passam a entender os limites e dilemas do processo decisório. Representa o que seria um orçamento participativo do século 21", afirma o diretor da Dapp, Marco Aurelio Ruediger.

Uma das inspirações para o projeto, conta o pesquisador, vem de cidades como Hamburgo, na Alemanha, onde há experiências que combinam tecnologia e maior participação popular nas decisões de governo.

Para além do mero exercício cívico, a equipe da Dapp fará uma

análise dos orçamentos elaborados pelos leitores e irá cotear-los com o que o governo deverá aprovar no Congresso. O estudo — a ser enviado a todos os participantes — será divulgado em seminário que debaterá os resultados, tomados como indicadores de preferências de políticas públicas e do nível de rejeição, por exemplo, ao aumento de impostos.

Uma prévia dos resultados poderá ser conferida pelos próprios participantes ao acessarem o "Orçamento popular médio". Ele produz um gráfico em mosaico com a dimensão de cada gasto (por ministério, órgão ou poder) em relação ao total de valores escolhidos por todos os leitores.

As escolhas podem ser feitas tanto de maneira mais realista quanto de modo normativo — isto é, como o leitor gostaria que fossem as prioridades da União. Se a preferência for pelo caminho mais realista, lembramos os pesquisadores da Dapp, um bom exercício é tentar especular o impacto político do corte setorial de recursos ou mesmo do aumento de impostos. Se a escolha for por reduzir as despesas com educação, por exemplo, a decisão pode gerar greves ou sucateamento do setor. Na Previdência, quase tudo é obrigatório. Para alterar, teria que se aprovar uma proposta de emenda constitucional.

Mas aí precisa do apoio de três quintos do Congresso, para o que não há condições atualmente. A opção, então, pode ser aumentar imposto, o que ninguém quer. O leitor vai ter uma noção do tamanho do problema de um orçamento tão engessado", afirma Amaro Grassi, da equipe que desenvolveu a ferramenta e incluiu ainda os pesquisadores Andressa Falconieri, Rafael de Souza e Luis Felipe da Graça.

O Simulador Orçamentário é o segundo serviço lançado pela parceria entre a Dapp/FGV e o Valor. Desde agosto, o portal e o Valor PRO disponibilizam o Mosaico Orçamentário, uma ferramenta que permite acompanhar os gastos do governo, por função e órgão, desde 2001.

O Simulador Orçamentário está em www.valor.com.br/brasil/simulador-orcamentario

SE demanda R\$ 63,2 bi de investimentos em logística

Camilla Veras Mota De São Paulo

Os 86 principais projetos de logística em discussão na região Sudeste, que representam uma economia potencial de R\$ 8,9 bilhões por ano, demandariam R\$ 63,2 bilhões em investimentos até 2020 para ser concluídos, conforme estudo que será divulgado hoje pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Atualmente, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo gastam 4,5% do PIB da região por ano com custos de transporte, um total de R\$ 108,4 bilhões.

Selecionados entre 337 obras de ampliação e modernização de portos, ferrovias, rodovias e hidrovias, eles se distribuem entre oito grandes eixos logísticos, quatro novos — entre eles a ferrovia que ligaria Graça Mogol (MG) a São Mateus (ES) e a ferrovia MRS e a estrada de Ferro 118, de Suzano (SP) a Vitória (ES) — e quatro já existentes.

Quase metade dos investimentos, 48,5%, se concentram no modal ferroviário, aquele com menor infraestrutura instalada. As 32 obras custariam cerca de R\$ 30,7 bilhões, o dobro do estimado para os empreendimentos rodoviários (R\$ 14,7 bilhões) e portuários (R\$ 16,6 bilhões). A ampliação da malha ferroviária, prioridade do "Projeto Sudeste Competitivo", é considerada essencial para ligar de maneira mais eficiente os centros produtores do interior aos respectivos

portos para escoamento.

Segundo o estudo, apenas 16 das 86 obras prioritárias já estão em andamento; as outras 70 nem começaram a etapa inicial de elaboração do projeto básico. A entidade considera "urgente" a realização das obras, sob o risco de expansão dos trechos congestionados — hoje presentes na BR-116 e no trecho Bela Vista-Belo Horizonte da BR-262, por exemplo — e consequente aumento de custos de transporte.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

- 3M B10
- 4E Consultoria A4
- Actis B7
- Aegae B3
- Agroconsul B12
- Allança B2
- Alphabeta B6, B10
- Amazon B1, B6, B10
- Ashangera B7
- Apala B6
- Azeite B2
- Arquiteto Hector Vigliacca e Associados D4
- B2W Digital B1
- Banco do Brasil B3
- EDMG B6
- BMS-Fininvest A4
- ENDES A11, B2, B3, B6, B12, D4
- ENP Paribas C2
- Envi B2
- Boston Consulting B11
- Balcário B8
- EP A11
- ER Distribuidora B5
- Bradesco A4
- Braskem B2
- ERF B6
- ETC Pactual B4, B8
- CAB Ambiental B3
- Combrisa B5
- Camil Alimentos B12
- Capital Economics B4
- Capitânia C2
- Carlyle B7
- Carrefour B5
- Casino B1
- Cotimobil B10
- CCR B3
- Celco B4
- Celgas B2
- Composi-Lograndesse B3
- Celp C2
- Cherwin Texaco A11
- China Guangxi Bank C2
- CIB B4, C2
- CMPC B3
- Cnova B1
- Copel B2
- Corporação América B6
- Credit Suisse B4
- CreditSights B4
- Cruzeiro do Sul B7
- CVC D2
- Dafiti B1
- Deutsche Bank C2
- Deviry B7
- DHL B4
- DTI B9
- Electros B2
- Electrolux B2
- Embraer B4
- Eneva A11, B5
- Estalero Detroit B2
- Eveni B2
- ExxonMobil A11
- Facebook B3
- Famer B7, B6, B10
- CCR B3
- Fastenal B10
- Fator A4
- Fábrica B3
- FT Sistemas B4
- Fumas B2
- Galvão B3
- Gaspar B5
- Gávea B7, B12
- Global Fashion Group B1
- GM B10
- Goldman Sachs B4, C2
- Google B6, B10
- GP Investments B3
- Grupo Predial B7
- Gasol Juan C2
- Hamburg Süd B2
- Hering D2
- HSEC C2
- Huaxia Bank C2
- Hypermarcas D2
- IEM B6
- Invepar B3
- Itaipu B2
- Itaú A4, B4
- J.P. Morgan B7
- JBS B12
- Julius Baer B4
- Krikor B7
- Lactalis B12
- LCA Consultores A4
- LetiteOne B8
- Light B2
- Linkidea B6
- Lojas Americanas D2
- Magazine Luiza B6
- Mafra Investimentos A4
- Maratéc C2
- Matec Investimentos B6
- MGO B3
- Microsoft B6, B10
- Mitsui Gás e Energia B5
- Moody's B4, C3
- Morgan Stanley B4, D2
- Natura B6, D2
- Neo Investimentos B7
- Neosurg B2
- Netsites B1
- Nikkei B6
- Odebrecht B2, B3
- Outset B2
- OGX B5
- Oli B8
- Origins B1
- P&S de Açoar D2
- Petbody Energy A11
- Petróbras A4, A5, B3, B5
- Phillips B7
- Portugal Telecom B8
- Plym B3
- PPS D2
- Riemer B2
- Restoque B1
- Riachuelo B1
- Rio Tinto B4
- Rosário Investimentos A4
- RWE A11
- Samsung Electronics B6
- Santander C2
- SapientHub B6
- Saudi Aramco A11
- Sephora B8
- Shell A11
- Société Générale C2
- Somar Meteorologia B12
- Sany B6, B10
- Standard & Poor's B4
- State Grid B2
- Statoil A11
- Styrolution B2
- Suez B3
- Techno Systems B6
- Tecnologia Infinita
- WS-Intex B6
- Telecom Italia B8
- The Behavioural Insights Team D1
- TIM Brasil B8
- Tajga Stock Exchange B6
- Toshiba B3
- Triunfo B3
- Twitter B6
- UES B4
- Unisservi B7
- Unisul Semicondutores B6
- Unitel B6
- Ungaco B11
- Vale A4, B4
- Vale C3
- Vinci Partners B7
- Virgin B6
- Volkswagen B10
- Walmart.com B1
- Warburg Pincus B7
- Xiomi B6
- Yantai Kinchao B10